



## **ANEXO II**

### **MINUTA DE DECLARAÇÃO**

(nome, número fiscal de contribuinte, número de cartão do cidadão, bilhete de identidade ou passaporte, estado civil e domicílio ou, no caso de ser uma pessoa coletiva, a denominação social, sede, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, indicação do número de pessoa coletiva, da conservatória do registo comercial onde se encontra registada e do respetivo capital social), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das peças da Hasta Pública referentes ao Programa de Procedimento de Hasta Pública de Arrendamento de Antigos Edifícios Escolares para Fins de Utilização Turística (alojamento local), cujo ato público se realizará no dia 9 de abril de 2020, pretendendo arrendar o Imóvel com a denominação \_\_\_\_\_, sito em \_\_\_\_\_ vem por este meio declarar, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional<sup>2</sup> ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional<sup>3</sup>  
4;
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional<sup>5</sup> ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional<sup>6</sup> 7;

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>3</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>4</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

<sup>5</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>6</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>7</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.



- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal<sup>8</sup>;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal<sup>9</sup>;
- f) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, contribuições e taxas ao Município de Pombal;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória<sup>10</sup>;
- h) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho<sup>11</sup>;
- i) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal<sup>12</sup>;
- j) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por alguns dos seguintes crimes<sup>13</sup> ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes <sup>14 15</sup>:
- i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742//JAI, do Conselho;
  - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

---

<sup>8</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>9</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>10</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>11</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>12</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>13</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

<sup>14</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

<sup>15</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.



iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

l) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou que falseie as condições normais de concorrência.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da candidatura apresentada ou a caducidade de adjudicação que eventualmente sobre ela recaia, sem prejuízo das competentes participações para procedimento civil e criminal.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_ (data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do candidato ou do representante legal do candidato)